

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO
NORTE S.A. - ECONORTE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DO NORTE S.A. - ECONORTE

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as informações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. AOS ACIONISTAS

É com grande satisfação que apresentamos, para vossa apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – Econorte (“Econorte” ou “Companhia”) relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações, suas alterações e nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte” ou “Companhia”) localizada à Rua Seimu Oguido, 242, em Londrina, Paraná, é uma sociedade anônima constituída em 8 de outubro de 1997, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, do lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 340,77 km. A Companhia obteve a concessão pelo prazo de 24 anos, mediante licitação pública. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis anualmente segundo cláusulas específicas) e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR), as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

3. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Por ser uma empresa concessionária de rodovias, uma das formas de acompanhar nosso desempenho operacional é através dos volumes de tráfego equivalentes gerados em nosso negócio, e pelo número de atendimentos e incidentes ocorridos no período.

3.1. TRÁFEGO CONSOLIDADO

O desempenho no período de 12M19 apresentou uma queda de 19,04% no volume de veículos equivalentes, em relação ao mesmo período do ano anterior, impactado principalmente pelas decisões judiciais que reduziram as tarifas de pedágio e impediram o funcionamento da Praça de Jacarezinho ao longo do exercício de 2019.

Segmentação do tráfego (veículos equivalentes)	12M18	12M19	%
Veículos leves (mil)	5.876	4.977	-15,30%
Veículos pesados (mil)	7.793	6.089	-21,87%
	13.669	11.066	-19,04%

3.2. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A receita operacional bruta consolidada totalizou R\$ 230.982 mil no período de 12M19, cuja redução foi de 4,29% comparado ao mesmo período do ano anterior. A arrecadação de pedágios representou 80,31% do total de nossas receitas, cabendo o saldo remanescente a receita de construção de acordo com o OCPC 05 e às receitas acessórias com a exploração comercial das rodovias, tais como, aluguel de faixa de domínio e publicidade.

Composição da receita operacional bruta	12M18	12M19	%
Arrecadação de Pedágios	213.326	185.509	-13,04%
Receita de Construção	26.074	43.277	65,98%
Outras Receitas	1.934	2.196	13,55%
Receita Operacional Bruta	241.334	230.982	-4,29%

A tarifa média efetiva¹ de nosso negócio aumentou 7,42% no período entre 12M19 e 12M18. Esta variação pode ser explicada positivamente pelo reajuste médio de 7,8% contratual, ocorrida em julho de 2019 referente ao reajuste de dezembro 2018 e o reajuste médio de 3,36% contratual de dezembro de 2019 em detrimento aos períodos impactados pelas reduções nas tarifas de pedágio em decorrência de decisões judiciais.

¹ Tarifa Média Efetiva = (Arrecadação de Pedágio / Tráfego em Veículos Equivalentes)

01901-1 EMPRESA CONCESS. RODOVIAS DO NORTE S.A. 02.222.736/0001-30

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA

Composição do tráfego e arrecadação	12M18	12M19	%
Arrecadação (R\$ mil)	213.326	185.509	-13,04%
Tráfego de veículos equivalentes (mil)	13.669	11.066	-19,04%
Tarifa média efetiva ¹	15,61	16,76	7,42%

3.3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Receita operacional líquida	12M18	12M19	%
Receita Operacional Bruta	241.334	230.982	-4,29%
ISSQN	(9.941)	(8.934)	-10,13%
PIS	(1.418)	(1.242)	-12,41%
COFINS	(6.547)	(5.732)	-12,45%
Receita Operacional Líquida	223.428	215.074	-3,74%

3.4. CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais da Companhia são compostos por: gastos em conservação de rotina e na prestação de serviços aos usuários das rodovias, bem como pela amortização das obras executadas conforme previsão dos contratos de concessão e de sistemas, equipamentos e veículos necessários para a operação das rodovias. Compõem ainda estes custos a verba de fiscalização paga ao Poder Concedente, verba da polícia rodoviária, os seguros e as garantias contratualmente obrigatórias, custo com pessoal operacional, custo de construção e provisão de manutenção de acordo com o OCPC 05. No período de 12M19 incorreu-se em R\$ 125.705 mil de custos operacionais, o equivalente a 58,45% da receita operacional líquida. Comparado ao mesmo período do ano anterior, esse desempenho representa uma redução nominal de R\$ 29.269 mil.

Custos Operacionais	12M18	12M19	%
Custos com conservação e operação	(34.447)	(26.990)	-21,65%
Amortização	(79.027)	(33.612)	-57,47%
Custo de construção	(26.074)	(43.277)	65,98%
Custos com verbas e seguros contratuais	(2.619)	(7.091)	170,75%
Custos com pessoal de cons. e operação	(12.807)	(14.735)	15,05%
Custos Operacionais Totais	(154.974)	(125.705)	-18,89%

3.5. DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais da Companhia são compostas por gastos com pessoal, despesas gerais administrativas e despesas com provisão de impairment para redução dos ativos. No período de 12M19 incorreu-se em R\$ 16.343 mil de despesas administrativas, redução nominal de R\$ 202.444 mil em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo R\$ 1.742 mil de redução real de despesas operacionais e R\$ 171.266 mil de despesas com contabilização de provisão de impairment para redução dos ativos.

	12M18	12M19	%
Despesas Administrativas	(10.857)	(11.797)	8,66%
Despesas com pessoal	(21.946)	(19.264)	-12,22%
Despesas gerais e administrativas	(185.984)	14.718	n/c
Outras receitas e despesas operacionais	(218.787)	(16.343)	-92,53%
Despesas Operacionais Totais			

3.6. RECONCILIAÇÃO DO EBITDA

O EBITDA ajustado que corresponde ao lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações, no período de 12M19, totalizou R\$ 106.638 mil e sua margem, em relação a receita operacional líquida, foi de 49,58%. Comparado ao mesmo período do ano anterior, esse desempenho representa um aumento nominal de R\$ 177.944 mil e na margem um aumento de 81.50 p.p.

	12M18	12M19	%
Reconciliação do Ebitda	-193.825	47.076	-124,29%
Lucro/Prejuízo Líquido	12.359	-315	n/c
(+) IR e CS	31.133	26.265	-15,64%
(+) Resultado Financeiro Líquido	79.027	33.612	-57,47%
EBITDA Ajustado	-71.306	106.638	n/c
Margem EBITDA	-31,91%	49,58%	81,50 p.p

3.7. RESULTADO FINANCEIRO

No período de 12M19 o Resultado Financeiro Líquido ficou negativo em R\$ 26.265 mil, 15,64% inferior ao período do ano anterior.

	12M18	12M19	%
Resultado Financeiro	3.760	768	-79,57%
Receitas Financeiras	(34.893)	(27.033)	-22,53%
Despesas Financeiras	(31.133)	(26.265)	-15,64%
Resultado Financeiro			

01901-1 EMPRESA CONCESS. RODOVIAS DO NORTE S.A. 02.222.736/0001-30

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA

3.8. LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO

A Companhia apresentou um Lucro Líquido de R\$ 47.076 mil no período de 12M19 contra o prejuízo de R\$ 193.825 mil do mesmo período do ano anterior, sendo que R\$ 171.266 mil se referem à provisão de impairment para redução dos ativos.

3.9. BALANÇO PATRIMONIAL

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	12.598	22.621
Aplicações financeiras	-	17.626
Contas a receber de clientes	16.289	7.773
Partes relacionadas	617	3.436
Outros créditos	383	112
Impostos a recuperar	1.411	3.320
Despesas antecipadas	2.230	846
Total do ativo circulante	33.528	55.734
Não circulante		
Aplicações financeiras	-	35
Depósitos judiciais	7.193	324
Direito de uso	3.024	-
Intangível	72.670	42.657
Intangível em construção	5.755	9.816
Total do ativo não circulante	88.642	52.832
Total do Ativo	122.170	108.566
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	1.194	9.384
Obrigações contrato de concessão	1.217	1.294
Empréstimos	41.075	9.404
Instrumentos financeiros derivativos	-	16.813
Arrendamentos operacionais	1.812	-
Debêntures	50.463	61.623
Provisão para manutenção dos ativos da concessão	40.401	29.103
Obrigações sociais	4.102	3.901
Obrigações tributárias	2.371	1.354
Partes relacionadas	999	17.576
Outras exigibilidades	320	1.079
Total do passivo circulante	143.954	151.531
Não circulante		
Debêntures	-	32.609
Instrumentos financeiros derivativos	-	7.237
Arrendamentos operacionais	1.447	-
Partes relacionadas	15.809	-
Provisão para manutenção dos ativos da concessão	18.737	22.042
Impostos diferidos	-	315
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	580	265
Total do passivo não circulante	36.573	62.468
Patrimônio líquido		
Capital social	79.200	79.200
Prejuízos acumulados	(137.557)	(184.633)
Total do patrimônio líquido	(58.357)	(105.433)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	122.170	108.566

31/12/2019 vs 31/12/2018

O ativo circulante registrou redução de 39,84% frente a 2018, principalmente em função da redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações, motivado pela redução de suas receitas com pedágio e paralização na composição da conta reserva para pagamento da dívida com debêntures. Com isso, o ativo circulante passou de R\$ 55.734 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 33.528 mil em 31 de dezembro de 2019. O ativo não circulante em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 88.642 mil registrou aumento de 67,78% em relação ao saldo de R\$ 52.832 mil em 31 de dezembro de 2018, basicamente em função do incremento no ativo intangível pelas obras de duplicação em andamento e pelo aumento na conta de depósitos judiciais resultante de processos tanto na área trabalhista quanto na criminal e pela reversão de parte do impairment registrado em 2018.

O passivo circulante reduziu 5,00% a R\$ 143.954 mil, em 31 de dezembro de 2019, frente ao saldo de R\$ 151.531 mil em 31 de dezembro de 2018 basicamente pela regularização do passivo em atraso de fornecedores de 2018. Já com relação ao passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 36.573 mil e foi R\$ 25.895 mil menor comparativamente ao saldo de R\$ 62.468 mil em 31 de dezembro de 2018, pelas amortizações das debêntures ocorridas em 2019.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2019 totalizou saldo negativo em R\$ 58.357 mil, devido ao lucro líquido de R\$ 47.076 no período quando comparado aos R\$ 105.433 mil negativos de 31 de dezembro de 2018.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte
Londrina - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Investigações e outros procedimentos legais conduzidos por autoridades públicas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, o Conselho de Administração da controladora Triunfo Participações e Investimentos S.A. (TPI) instaurou Comitê Independente para coordenar investigações internas com o propósito de prestar esclarecimentos específicos e concretos sobre os mandados de busca e apreensão, cumprido pela Polícia Federal, na sede da Companhia e da controladora Triunfo Participações e Investimentos S.A. (TPI) e de sua coligada Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda., ocorrido em 22 de fevereiro de 2018 e 26 de setembro de 2018.

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos com base nos despachos dos Juízes da 13ª e 23ª Vara Federal de Curitiba no âmbito da Operação Integração, que investiga a denúncia de atos criminosos envolvendo empresários e agentes públicos, alimentado pelo suposto superfaturamento na cobrança dos pedágios nas concessionárias de rodovias públicas no Estado do Paraná. O despacho da 23ª Vara Federal de Curitiba apresenta acordos de colaborações premiadas nos quais foram relatados atos ilícitos praticados na execução do contrato de concessão por executivos e ex- executivos de sua Controladora e da Companhia. Segundo o Ministério Público Federal (MPF) existem provas da materialidade e indícios de autoria da prática de crimes de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, fraude licitatória, peculato e associação criminosa.

O Comitê Independente em conjunto com os escritórios contratados para conduzir as investigações internas, concluíram seus trabalhos em 29 de abril de 2019 e, comunicaram ao Conselho de Administração da Controladora os resultados factuais provenientes dos procedimentos investigativos, limitações de trabalho e por fim as recomendações para aprimoramento do programa de Compliance Anticorrupção. Contudo, ainda se encontram em andamento investigações pelas autoridades públicas envolvendo executivos e ex-executivos da Controladora e da Econorte.

Em 10 de setembro de 2019, a Econorte em conjunto com a Triunfo e a Rio Tibagi, foram notificadas acerca de instauração de processo administrativo de responsabilização (“PAR”) conduzido pela Controladoria Geral do Estado do Paraná, visando apurar a prática de eventuais atos lesivos contra a administração Pública. Foi apresentada defesa por parte da Econorte sem demais andamentos no processo até o momento.

Conseqüentemente, em virtude das investigações e demais procedimentos conduzidos pelas autoridades públicas ainda estarem em curso, não foi possível concluir se algum ajuste seria necessário nas demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2019.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que a continuidade das atividades operacionais da Companhia depende de aportes de capital próprio e/ou de terceiros e/ou reestruturação de seus principais passivos financeiros, os quais estão sendo viabilizados por sua administração para cumprir as obrigações assumidas, principalmente aquelas divulgadas nas Notas Explicativas nºs 8, 9 e 22. Adicionalmente, o prazo da concessão tem vencimento para novembro de 2021, não havendo indicativos de renovação ou extensão do prazo contratual. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva” e “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Impairment de Ativos Intangíveis - Concessão de Rodovias

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7, em 31 de dezembro de 2019, os ativos intangíveis da Companhia totalizam um montante de R\$ 66.731 mil, cujo valor recuperável é analisado anualmente, conforme requerido no CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos. A avaliação sobre a necessidade de registro de perdas por redução ao valor recuperável, exige a preparação de estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamentos preparados pela Companhia e aprovados pela sua governança, o que exige alto grau de julgamento pela administração.

Levando em consideração os cenários de incertezas por contas das investigações em andamento, com impactos negativos nas tarifas e outros indicadores operacionais, faz-se necessário a avaliação das premissas e bases utilizadas como suporte para tais projeções. Em virtude do grau de julgamento relevante exercido pela administração, entendemos que esse é um assunto relevante para nossa auditoria.

Reconhecimento e mensuração - Receita de concessão

Conforme Nota Explicativa nº 17 às demonstrações contábeis, o reconhecimento de receita no segmento de concessão de rodovias é considerado um risco inerente, porque o processo envolve sistemas complexos de faturamento, que processam grandes volumes de dados, com uma combinação de tarifas por tipos de veículos. As receitas são reconhecidas à medida que a cobrança é efetuada, sendo ela de forma manual ou automática, utilizando os sistemas de controle da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria contaram com assistência de especialistas, e incluíram entre outros procedimentos:

- Avaliação da metodologia utilizada pela Administração de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos;
- Avaliação das premissas utilizadas pela Administração na preparação das projeções utilizadas como base do teste de recuperabilidade;
- Discussão com Administrações sobre as decisões judiciais e futuros impactos nos negócios;
- Leitura das atas do período.

Consideramos como suficientes os procedimentos tomados pela administração na preparação das premissas utilizadas no teste de recuperabilidade.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:

- Entendimento dos controles internos utilizados pela administração para mensuração e reconhecimento da receita referente a cobranças manuais e automáticas;
- Avaliação e teste sobre os sistemas relevantes de Tecnologia da Informação;
- Testes de transações e saldos;

Consideramos como suficientes os controles e procedimentos utilizados pela administração para reconhecimento da receita.

Covenants financeiros - Debêntures

Conforme apresentado na Nota explicativa nº 9, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentava no seu passivo circulante um montante de R\$ 50.463 mil, referente a debêntures que foram captadas a fim de alongar o perfil da dívida e financiar suas atividades. Essas debêntures, possuem garantias reais e fidejussórias, além de cláusulas (financeiras e operacionais restritivas - covenants) que precisam ser cumpridas para não ocorrer o seu vencimento antecipado.

Levando em consideração o cenário de incertezas por contas das investigações em andamento, com impactos negativos nas tarifas e outros indicadores operacionais, a Companhia não vem cumprindo determinadas obrigações contratuais, sendo necessário a realização de negociações constantes e obtenção de wayvers por parte dos debenturistas. Levando em consideração possíveis impactos nas demonstrações contábeis, sua devida divulgação em nota explicativa e o grau de julgamento relevante exercido pela administração, entendemos que esse é um assunto relevante para nossa auditoria.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 08 de maio de 2019, com ressalva, referente as investigações interna e parágrafo referente a incerteza relevante relacionada a continuidade operacional.

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:

- Confirmação externa com os agentes fiduciários;
- Leitura, entendimento e discussão com a administração sobre os acordos firmados (wayvers);
- Discussão como Administrações sobre os fluxos de caixa e estratégias de liquidação da dívida;
- Leitura das Atas do período;

Consideramos como suficientes os procedimentos tomados pela administração na preparação das premissas e divulgações realizadas pela Companhia.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, não foi possível concluir se o Relatório da Administração também poderia estar distorcido de forma relevante pela mesma razão do assunto descrito na referida seção.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Londrina, 11 de março de 2020.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	12.598	22.621
Aplicações financeiras	4	-	17.626
Contas a receber de clientes	5	16.289	7.773
Partes relacionadas	15	617	3.436
Outros créditos		383	112
Impostos a recuperar	6	1.411	3.320
Despesas antecipadas		2.230	846
Total do ativo circulante		33.528	55.734
Não circulante			
Aplicações financeiras	4	-	35
Depósitos judiciais	11	7.193	324
Ativos de direito de uso		3.024	-
Intangível	7	72.670	42.657
Intangível em construção	7	5.755	9.816
Total do ativo não circulante		88.642	52.832
Total do Ativo		122.170	108.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		1.194	9.384
Obrigações contrato de concessão		1.217	1.294
Empréstimos	8	41.075	9.404
Instrumentos financeiros derivativos	13	-	16.813
Arrendamentos operacionais		1.812	-
Debêntures	9	50.463	61.623
Provisão para manutenção dos ativos da concessão	22	40.401	29.103
Obrigações sociais		4.102	3.901
Obrigações tributárias	10	2.371	1.354
Partes relacionadas	15	999	17.576
Outras exigibilidades		320	1.079
Total do passivo circulante		<u>143.954</u>	<u>151.531</u>
Não circulante			
Debêntures	9	-	32.609
Instrumentos financeiros derivativos	13	-	7.237
Arrendamentos operacionais		1.447	-
Partes relacionadas	15	15.809	-
Provisão para manutenção dos ativos da concessão	22	18.737	22.042
Impostos diferidos	14	-	315
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	11	580	265
Total do passivo não circulante		<u>36.573</u>	<u>62.468</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	12	79.200	79.200
Prejuízos acumulados		(137.557)	(184.633)
Total do patrimônio líquido		<u>(58.357)</u>	<u>(105.433)</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u><u>122.170</u></u>	<u><u>108.566</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita operacional líquida	17	215.074	223.428
Custo operacional			
Conservação e manutenção rodovias		(15.885)	(23.868)
Custo de construção - ativos da concessão		(43.277)	(26.074)
Operação de rodovias		(11.105)	(10.579)
Pessoal		(14.735)	(12.807)
Seguros e outros		(7.091)	(2.619)
Amortização arrendamento		(1.569)	-
Amortização intangível	7	(32.043)	(79.027)
	18	(125.705)	(154.974)
Lucro bruto		89.369	68.454
Despesas operacionais			
Despesas com administradores		(3.008)	(2.176)
Despesas com pessoal		(8.789)	(8.681)
Despesas administrativas		(19.264)	(21.946)
Outras receitas (despesas) operacionais		14.718	(185.984)
	18	(16.343)	(218.787)
Resultado antes do resultado financeiro		73.026	(150.333)
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		768	3.760
Despesas financeiras		(27.033)	(34.893)
		(26.265)	(31.133)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		46.761	(181.466)
Imposto de renda e contribuição social	14	-	(10.587)
Imposto diferido	14	315	(1.772)
		315	(12.359)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		47.076	(193.825)
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação - em reais		2.4870	(10,2396)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>47.076</u>	<u>(193.825)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>47.076</u>	<u>(193.825)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucro			Lucros prejuízos acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Lucros retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	49.200	19.986	394	660	2.414	-	72.654
Realização da reserva de reavaliação	12	(7.235)	-	-	-	7.235	-
Realização dos impostos sobre a reavaliação	12	2.460	-	-	-	(2.460)	-
Reversão da reserva de reavaliação		(15.211)	-	-	-	-	(15.211)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(193.825)	(193.825)
Destinação proposta da reserva de lucros							
Aumento de capital	12	30.000	-	-	-	-	30.000
Constituição de reserva legal	12	-	(394)	-	-	394	-
Constituição de reserva estatutária	12	-	-	(660)	-	660	-
Constituição de reserva	12	-	-	-	(3.363)	3.363	-
Juros sobre capital próprio	12	-	-	-	-	-	-
Dividendos	12	-	-	-	949	-	949
Saldos em 31 de dezembro de 2018	79.200	-	-	-	-	(184.633)	(105.433)
Lucro líquido do exercício	12	-	-	-	-	47.076	47.076
Saldos em 31 de dezembro de 2019	79.200	-	-	-	-	(137.557)	(58.357)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais	72.193	89.012
Das operações	93.079	100.684
Resultado do exercício antes dos tributos	46.761	(181.466)
Amortização intangível	32.043	79.027
Amortização arrendamento	1.569	-
Resultado na baixa do intangível	-	36
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	315	(109)
Despesas antecipadas com debêntures e empréstimos	1.556	1.508
Provisão para manutenção ativos de concessão	3.771	1.097
Despesas financeiras manutenção ativos de concessão	4.222	3.811
Valor justo debêntures	-	(1.750)
Instrumentos derivativos	4.394	(2.019)
Marcação a mercado derivativos	4.551	916
Despesas de juros sobre empréstimos	2.249	1.413
Despesas monetária das debêntures	6.366	12.236
Provisão (reversão) para perda redução ao valor recuperável	(14.718)	185.984
Redução (aumento) em:	(12.312)	365
Contas a receber de clientes	(8.516)	6.267
Partes relacionadas	2.819	(3.436)
Outras atividades de investimento	(6.869)	1.585
Outros ativos de curto prazo	254	(4.051)
Redução em:	(8.574)	(12.037)
Fornecedores	(8.494)	(10.194)
Partes relacionadas	(550)	10.903
Obrigações tributárias	1.017	(649)
Imposto de renda e contribuição pagos	-	(13.019)
Outros passivos de curto prazo	(547)	922
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(25.616)	(17.182)
Adições ao ativo intangível	(43.277)	(16.272)
Aplicação financeira	17.661	(910)
Caixa aplicado pelas atividades de financiamentos	(56.600)	(61.501)
Captação de empréstimos	3.433	785
Aumento de capital	-	30.000
Pagamento de empréstimos	(4.874)	(6.449)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(2.248)	(1.413)
Pagamento de debentures	(43.558)	(70.470)
Pagamento de juros sobre debentures	(8.019)	(13.954)
Pagamento arrendamento	(1.334)	-
Varição de caixa e equivalente de caixa	(10.023)	10.329
Saldo anterior de caixa e equivalente de caixa	22.621	12.292
Saldo atual de caixa e equivalente de caixa	12.598	22.621
Varição de caixa e equivalente de caixa	(10.023)	10.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas	230.982	241.334
Venda de serviços	185.509	213.326
Receitas de construção - ativos da concessão	43.277	26.074
Outras receitas	2.196	1.934
Insumos adquiridos de terceiros	(81.812)	(270.164)
Custo dos serviços prestados	(77.358)	(63.140)
Materiais, energia, serviços e outros	(19.172)	(21.040)
Provisão para perda por redução valor	14.718	(185.984)
Valor adicionado bruto	134.452	(28.830)
Retenções	(33.612)	(79.027)
Depreciação, amortização e exaustão	(33.612)	(79.027)
Valor adicionado líquido	115.558	(107.857)
Valor recebido em transferência	768	3.760
Receitas financeiras	768	3.760
Valor adicionado total a distribuir	116.326	(104.097)
Distribuição do valor adicionado:	(116.326)	104.097
A - Pessoal e encargos	(26.532)	(23.663)
Remuneração direta	(14.261)	(13.041)
Benefícios	(6.365)	(5.640)
F.G.T.S.	(1.291)	(1.207)
Outros	(4.615)	(3.775)
B - Impostos, taxas e contribuições	(15.593)	(30.266)
Federais	(6.659)	(20.325)
Municipais	(8.934)	(9.941)
C - Juros e aluguéis	(27.125)	(35.799)
Juros	(20.949)	(35.661)
Aluguéis	(92)	(906)
Outros	(6.084)	768
D - Remuneração do capital próprio	(47.076)	193.825
Lucros retidos	(47.076)	193.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte” ou “Companhia”) localizada à Rua Seimu Oguido, 242, em Londrina, Paraná, é uma sociedade anônima constituída em 8 de outubro de 1997, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, do lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 340,77 km. A Companhia obteve a concessão pelo prazo de 24 anos, mediante licitação pública. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis anualmente segundo cláusulas específicas) e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

Situação operacional

No dia 23 de novembro de 2018 a Companhia foi notificada da liminar deferida pelo Juízo de Jacarezinho nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 5010042-54.2018.4.04.7013/PR, proposta pelo Ministério Público Federal, que suspendeu todos os termos aditivos referentes ao Contrato de Concessão desde 2000. Dessa forma, no mesmo dia, foi suspenso a cobrança na Praça de Jacarezinho e determinou a redução em 26,75% das tarifas praticadas nas demais praças de sua arrecadação. Houve também o bloqueio judicial dos saldos disponíveis nas contas bancárias na ordem de R\$ 6,7 milhões.

No dia 26 de novembro de 2018 foi interposto Agravo de Instrumento ao Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que proferiu, em 05 de dezembro de 2018, despacho/decisão julgando prejudicado o pedido de suspensão de liminar da Companhia. Dessa forma, a cobrança da tarifa na Praça de Jacarezinho foi retomada no dia 06 de dezembro de 2018, bem como suspensa a redução das tarifas em 26,75%. Entretanto, no dia 10 de dezembro de 2018 a Juíza Substituta da 1ª Vara Federal de Curitiba ratificou a decisão da medida liminar que fora concedida pelo Juízo Federal de Jacarezinho e, como consequência, a cobrança da tarifa na praça de pedágio de Jacarezinho voltou a ser suspensa, bem como voltou a ser aplicada a redução das tarifas em 26,75% nas demais praças.

No dia 18 de dezembro de 2018, o Desembargador Relator do Agravo de Instrumento interposto pela Companhia no Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu pelo deferimento parcial do efeito suspensivo da decisão da 1ª Vara Federal de Curitiba no sentido de desbloquear as contas bancárias da Companhia, mantendo-se, contudo, as demais determinações. O recurso no montante de R\$ 6,7 milhões que se encontrava bloqueado desde o dia 23 de novembro de 2018 foi disponibilizado novamente para movimentação no dia 19 de dezembro de 2018.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 10 de dezembro de 2018, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região ("TRF-4") decidiu pela incompetência do Juízo de Jacarezinho e remeteu o processo à 1ª Vara Federal de Curitiba que ratificou a liminar concedida anteriormente. Em 28 de fevereiro de 2019, a decisão foi suspensa pelo Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça. No entanto, em 01 de março de 2019, nos autos da Ação Popular nº 2006.70.13.003009-4, por meio de Pedido de Tutela Inibitória promovido pelo Ministério Público Federal, no âmbito de cumprimento provisório de sentença, foi determinada novamente a suspensão da cobrança da tarifa de pedágio na praça de Jacarezinho, bem como a continuidade da operação nas rodovias BR-369 e PR-090.

Em 01 de março de 2019, o Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça, suspendeu os efeitos da decisão da 1ª Vara de Curitiba. Dessa forma, como consequência da integral suspensão da decisão, ficou restabelecida a cobrança da tarifa na praça de pedágio de Jacarezinho, bem como foi suspensa a redução das tarifas em 26,75% nas demais praças da Econorte.

Também em 01 de março de 2019, a 1ª Vara Federal de Jacarezinho, em relação ao Pedido Incidental de Tutela Inibitória proposto pelo Ministério Público Federal, determinou que a Econorte não retomasse a cobrança de tarifa na praça de pedágio de Jacarezinho. A redução das tarifas em 26,75% nas demais praças da Econorte permaneceu suspensa, conforme determinado pelo STJ em 1º de março. Dessa forma, às 0h do dia 2 de março, a Econorte voltou a cobrar os valores vigentes antes da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal.

Em 21 de março de 2019, a 23ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, no âmbito da Operação Integração, determinou o bloqueio de contas da Companhia, no montante de R\$3,2 milhões.

Em 24 de maio de 2019, a 1ª Vara Federal de Curitiba nos autos da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal, na qual, dentre outras determinações, estabeleceu que enquanto permanecer fechada a praça de Jacarezinho, a concessionária pode abrir a praça Cambará/Andirá e tarifar o pedágio. Em convergência com tal deliberação, foi efetuada a reabertura da praça de pedágio de Cambará bem como o início da cobrança da tarifa de pedágio partir de 0h do dia 01 de junho de 2019.

Em 03 de julho de 2019, a 1ª Vara Federal de Jacarezinho, nos autos da Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa proposta pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, dentre outras determinações, estabeleceu a redução das tarifas de pedágio em 25,77% nas três praças, manutenção dos serviços e de investimentos, a vedação na distribuição de lucros e dividendos pela Companhia e continuidade das obras em Santo Antônio da Platina.

Em 26 de julho de 2019, foi publicada, no Diário Oficial do Paraná, a Resolução Homologatória nº 007/2019, que homologa o reajuste anual da tarifa básica de pedágio nas praças de Jataizinho e Sertaneja. A nova tarifa entrou em vigor a partir de 0h do dia 28 de julho de 2019 e representa a variação da inflação no período de 12 meses encerrado em novembro de 2018, correspondente a 7,8%.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 01 de agosto de 2019, a 1ª Vara Federal de Curitiba, que revogou a decisão liminar anteriormente proferida, bem como julgou extinta a Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa proposta pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná. A decisão, dentre outras determinações, reverte a redução de 25,77% nas tarifas de pedágio das três praças da Companhia e a proibição na distribuição de lucros e dividendos.

Em 09 de agosto de 2019, a decisão proferida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal em pedido de Suspensão de Liminar e Sentença, dentre outras determinações, autorizou a reabertura da Praça de Jacarezinho. O fechamento da praça de Cambará/Andirá e reabertura de Jacarezinho aconteceu no dia 11 de agosto.

Em 10 de setembro de 2019 a Econorte, em conjunto à Triunfo e à Rio Tibagi, foi notificada acerca da instauração de Processo Administrativo de Responsabilização (“PAR”) conduzido pela Controladoria Geral do Estado do Paraná, visando apurar a prática de eventuais atos lesivos contra a Administração Pública. A Econorte apresentou defesa e não há qualquer decisão no bojo do referido PAR.

Investigação interna – Operação Integração

No dia 22 de fevereiro de 2018, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na sede social da Companhia, na sede social de sua Controladora TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Controladora”) e na sede da Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda. (“Rio Tibagi”), subsidiária da Triunfo. A ordem judicial foi emanada da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, por meio da 48ª fase da Lava Jato, denominada Operação Integração. Foi, ainda, decretada a prisão do executivo Sr. Hélio Ogama, ex-Presidente da Econorte, e Sr. Sandro Antônio de Lima, Diretor Administrativo e Diretor com Investimentos da Companhia, e ex-Diretor Financeiro da Econorte, em 27 de fevereiro de 2018, Sr. Helio Ogama, foi exonerado do cargo pelo Conselho de Administração da Companhia.

No dia 01 de março de 2018, o Conselho de Administração da Triunfo instituiu um Comitê Independente para coordenar as providências para a instauração de uma investigação dos eventos reportados no mandado de busca e apreensão. O Comitê Independente contratou o escritório Maeda, Ayres e Sarubbi Advogados para iniciar os trabalhos de investigação e era composto por dois Conselheiros Independentes da Triunfo e um terceiro membro independente com ampla experiência no mercado de capitais.

No dia 26 de setembro de 2018, a Polícia Federal cumpriu novo mandado de busca e apreensão na sede social da Companhia e na sede social de sua Controladora. A ordem judicial teve origem na 23ª Vara Federal de Curitiba, sendo denominada como Operação Integração II, em continuidade à investigação iniciada em 22 de fevereiro de 2018. Foi, ainda, decretada a prisão preventiva do Sr. Luiz Fernando Wolff de Carvalho, presidente do Conselho de Administração da Triunfo, que apresentou renúncia ao cargo na mesma data. A prisão citada foi revogada por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (“STF”) em 08 de outubro de 2018.

O novo mandado de busca e apreensão teve como fundamento suspeita de fatos envolvendo empresários e agentes públicos, alimentado pelo suposto superfaturamento na cobrança dos pedágios nas rodovias federais concedidas pelo Estado do Paraná, incluindo a Econorte.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As investigações estão apoiadas em acordos de colaboração premiada firmados com o MPF pelos réus Nelson Leal Junior (Ex-Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná - DER/PR) e Hélio Ogama, detidos na primeira fase da Operação Integração, bem como por Hugo Ono, ex-*Controller* da Econorte.

Em 28 de janeiro de 2019 o Ministério Público Federal ofereceu denúncia perante a 23ª Vara Federal de Curitiba contra ex-executivos da Companhia e da Econorte.

Em 29 de abril de 2019, os trabalhos do Comitê Independente foram concluídos e seus resultados apresentados ao Conselho de Administração. Os trabalhos do Comitê Independente foram inconclusivos com relação à existência de ilicitudes apontadas nas alegações do Ministério Público Federal.

No entanto, o Conselho de Administração da Triunfo analisará a implantação de recomendações do Comitê Independente, visando o aperfeiçoamento da estrutura de governança e de práticas anticorrupção. O Comitê Independente concluiu seus trabalhos e foi encerrado.

A Companhia tem atendido a todas as informações solicitadas pelas autoridades competentes.

Excesso de passivos sobre os ativos circulantes e passivo a descoberto

A Companhia apresenta para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 excesso de passivos sobre ativos circulantes em R\$ 110.426 e passivo a descoberto de R\$ 58.357 em virtude dos eventos mencionados acima.

A Companhia está em fase de adequação de sua estrutura operacional e adequação dos seus passivos circulantes, visando reverter essa situação dentro dos próximos períodos.

2. Base para a preparação das demonstrações financeiras

2.1. Principais políticas contábeis e uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As políticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas relacionadas a cada item divulgado nestas demonstrações financeiras.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 11 de março de 2020.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.4. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.5. Principais políticas contábeis e uso de estimativas e julgamentos

As políticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas relacionadas a cada item divulgado nestas demonstrações financeiras.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Alteração de prática contábil – Amortização do Intangível em construção

A Administração procedeu a revisão da amortização referente aos ativos intangíveis em construção relacionados aos gastos previstos no Plano de Exploração da Rodovia (“PER”), concluindo pela necessidade de alteração no método de amortização dos ativos relacionados ao PER, uma vez que parte dos investimentos já estão reconhecidos na tarifa homologada pelo Poder Concedente. Desta forma, referidos gastos passaram a ser amortizados no momento de sua realização, pois já se tem a garantia do direito ao pagamento, e não mais no momento de conclusão das obras, pela definição de ativo disponível para uso. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 7.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6. Normas, alterações e interpretações

Adoção de novos pronunciamentos contábeis

CPC 06 (R2 - Arrendamentos)

A nova norma substitui o IAS 17 – “Arrendamentos” e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de valores irrelevantes dos ativos envolvidos na operação.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entrou em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2019.

A Companhia pretende optar por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamento para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial, e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

A Companhia utilizou o expediente prático previsto no CPC 06 (R2) de reconhecer o passivo de arrendamento na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional, utilizando o CPC 06 (IAS 17), mensurando este passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário, ou a taxa implícita no arrendamento quando aplicável, na data da adoção inicial.

Adicionalmente reconheceu o ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e mensurou este ativo de direito de uso ao valor equivalente do passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial:

<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>
Ativos	
Outros Ativos - Direito de Uso	R\$ 4.536
Passivos	
Passivo de arrendamento	R\$ 4.536

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Devido à adoção do CPC 06 (R2), o lucro operacional da Companhia melhorará, enquanto sua despesa com juros e depreciação aumentará. Isso se deve à mudança na contabilização de despesas com arrendamentos que foram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06. A taxa de desconto adotada para o cálculo é de 9,61% anual.

No exercício findo em 2019 foi reconhecido no Ativo com rubrica de Direito de Uso o montante líquido de R\$ 3.024 e no passivo de arrendamento mercantil o montante de R\$ 3.259.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Não foram identificadas novas normas e alterações emitidas e que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019 que possam apresentar impactos nas Demonstrações Financeiras dos períodos subsequentes.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e equivalência de caixa		
Caixa geral (praças e sede)	2.365	1.644
Bancos	1.960	6.506
Aplicação financeira disponível	8.273	14.471
	<u>12.598</u>	<u>22.621</u>

Não há saldos com restrições de caixa. As aplicações financeiras são remuneradas pelo CDI.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4. Aplicações financeiras vinculadas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aplicações financeiras vinculadas		
Certificado de depósito Interfinanceiro (CDI)	-	17.626
Títulos de capitalização Ouro Cap. BB	-	35
	<u>-</u>	<u>17.661</u>
Ativo circulante	-	17.626
Ativo não circulante	-	35

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A aplicação financeira vinculada referia-se à composição da conta de Reserva do Serviço da Dívida atrelada à 3ª Emissão de Debêntures da Companhia, realizada em abril de 2015. Mensalmente, a Econorte transferia para a Conta de Reserva recursos equivalentes a 1/6 (um sexto) do valor da próxima parcela vincenda das Debêntures. A aplicação financeira era remunerada à 100% do CDI, sendo ela junto a Instituição financeira de primeira linha.

Em 14 de março de 2019 houve uma antecipação de R\$ 29.326 do pagamento das debêntures que estava previsto para o mês de abril de 2019, conforme deliberação dos debenturistas em Assembleia Geral realizada em 11 de março de 2019. Consequentemente em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possui saldo de aplicação financeira. A Companhia está desobrigada da constituição mensal da parcela até nova deliberação dos debenturistas.

5. Contas a receber de clientes

Os valores a receber de administradoras de cobrança automática pós e pré-pagos são assim representados:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Visanet	802	651
Dbtrans	423	508
Conectcar	753	245
Move Mais	1.926	539
Via Fácil	12.154	5.830
Outras contas a receber	231	-
	<u>16.289</u>	<u>7.773</u>

As contas a receber da Companhia não apresentam montantes vencidos e nem histórico de inadimplência, as empresas administradoras dos cartões pós pagos não possuem nesta data nenhuma restrição de crédito, e nenhum fator no mercado que possa a vir ser considerada como possível inadimplentes. Dessa forma, não existe provisão para perdas das contas a receber.

A Companhia possui cessão fiduciária de direitos creditórios e de direitos emergentes em garantia sob condição suspensiva para a 3ª emissão de debêntures.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Impostos a recuperar

Os valores de impostos a recuperar são assim representados:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imposto de renda	1.259	2.491
Contribuição social	-	829
Imposto de Renda Retido na Fonte	152	-
	<u>1.411</u>	<u>3.320</u>

Os créditos tributários a recuperar tem sua origem de antecipações mensais de impostos. Em 31 de dezembro de 2018, a base do lucro real ajustado ficou menor devido a diminuição das receitas em novembro e dezembro de 2018 provocado pela redução de tarifa e pelo fechamento de umas das praças de pedágio em virtude da Ação Civil Pública e da Ação Popular, mencionadas na nota explicativa nº 1.

7. Intangível e intangível em construção

Custo	Intangível						Intangível em construção
	Pavimentos	Ampliação capacidade	Computadores e Softwares	Intangível em andamento	Outros intangíveis	Total	
Saldo em 31/12/2017	420.534	261.612	2.720	7.204	12.885	704.955	-
Aquisições	8.643	945	332	-	1.235	11.155	14.919
Baixas intangível	-	-	-	-	(319)	(319)	-
Baixas reavaliação	(171.830)	(33.406)	-	-	-	(205.236)	-
Adoção inicial CPC 47 / IFRS 15 ¹	-	-	-	(7.204)	-	(7.204)	7.204
Transferências	12.294	13	-	-	-	12.307	(12.307)
Saldo em 31/12/2018	269.641	229.164	3.052	-	13.801	515.658	9.816
Aquisições	24.204	1.148	163	-	550	26.065	17.212
Transferências	18.378	-	-	-	-	18.378	(18.378)
Saldo em 31/12/2019	312.223	230.312	3.215	-	14.351	560.101	8.650
Amortização							
Saldo em 31/12/2017	(216.728)	(166.837)	(1.276)	-	(5.620)	(390.461)	-
Amortização	(53.705)	(22.875)	(424)	-	(2.023)	(79.027)	-
Baixas intangível	-	-	-	-	282	282	-
Baixas reavaliação ¹	151.541	30.648	-	-	-	182.189	-
Provisão para impairment	(122.624)	(57.022)	(1.100)	-	(5.238)	(185.984)	-
Saldo em 31/12/2018	(241.516)	(216.086)	(2.800)	-	(12.599)	(473.001)	-
Amortização	(23.662)	(4.761)	(139)	-	(586)	(29.148)	(2.895)
Reversão provisão impairment	11.948	2.404	70	-	296	14.718	-
Saldo em 31/12/2019	(253.230)	(218.443)	(2.869)	-	(12.889)	(487.431)	(2.895)
Valor residual líquido							
Saldo em 31/12/2018	28.125	13.078	252	-	1.202	42.657	9.816
Saldo em 31/12/2019	58.993	11.869	346	-	1.462	72.670	5.755

- 1) Valor de baixa de Pavimentos e Ampliação de capacidade referente a reversão de saldo de reserva de reavaliação em decorrência de ajuste de *impairment*.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, nas datas do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os intangíveis têm vida útil definida e estão sujeitos a análise de *impairment* anual. A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dois anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício de 2018, a Companhia concluiu que seus intangíveis estavam registrados por valor superior ao valor recuperável, considerando, dentre outras premissas, que desde novembro de 2018 estava suspensa a cobrança de pedágio da praça de Jacarezinho/PR, devido à ação popular movida na Justiça Federal deste município. Para fins de adequação ao valor em uso dos intangíveis da Econorte foi reconhecida uma redução por *impairment* no total de R\$ 185.984 com efeito no resultado na linha de outras despesas, baixa da reserva de reavaliação sem efeito no resultado de R\$ R\$ 23.047, totalizando assim R\$ 209.031 de efeitos com *impairment* no ativo intangível. Não houve o reconhecimento de tributos diferidos ativos sobre a despesa de *impairment* registrada sobre os ativos intangíveis, uma vez que não haveria expectativas de realização do montante de R\$63.234 pela reversão do *impairment* no prazo de 3 anos, se registrados.

Para o exercício de 2019, foi reavaliada a capacidade de recuperabilidade dos ativos, especificamente do Intangível e do Intangível em construção, identificando valor superior ao saldo contábil atual em R\$ 14.718, reconhecidos nesta data como reversão parcial do *impairment* registrado em 2018.

As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2020 e no plano de negócios de longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual; (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos; (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão; e (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia.

A Companhia está apresentando o intangível em construção como Ativo de Contrato, de acordo com a adoção do CPC 47 (IFRS 15).

Alteração de prática contábil – Intangível em construção

A Administração procedeu a revisão da amortização referente a parte dos custos da obra dos ativos intangíveis em construção em relação aos gastos previstos no Plano de Exploração da Rodovia (“PER”), concluindo pela necessidade de alteração no método de amortização dos ativos relacionados ao PER.

Como os investimentos da parcela PER são reconhecidos na tarifa homologada pelo Poder Concedente não em função da sua entrada em uso, mas sim de acordo com o cronograma de execução previsto no PER, concluiu-se que esse último momento é o que garante à Concessionária o direito ao pagamento.

Pelo exposto acima, iniciamos a amortização dos valores de intangível em construção a partir de 01 de janeiro de 2019 até o final do período da amortização.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos

	Encargos	31/12/2019	31/12/2018
Banco Santander			
Capital de giro	0,265% a.a. + CDI	41.060	9.450
Provisão de juros mensais		15	70
Despesas antecipadas (IOF)		-	(116)
		41.075	9.404

No dia 05 de março de 2018, foi emitido uma CDCCG (cédula de crédito bancário de capital de giro) com a vigência até 08 de julho de 2019. No dia 13 de junho de 2019, foi renovada a CDCCG, contrato nº 270198919 com vigência para 11 de setembro de 2019, em 02 de dezembro de 2019 foi feito um aditamento dos contratos com vigência para 28/02/2020.

No dia 13 de junho de 2019, foi emitido uma CDCCG (cédula de crédito bancário de capital de giro), contrato nº 270199219 com vigência até 11 de setembro de 2019, no valor de R\$ 32.995 milhões quitando a operação de SWAP junto ao banco Santander, conforme demonstrado em nota explicativa nº 15. O mesmo foi renovado em 02 de dezembro de 2019 com nova vigência para 22/02/2020.

9. Debêntures

Em 09 de abril de 2015, foi aprovada pela CVM a 3ª emissão de registro de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 24.600 debêntures no valor de R\$10.000 (dez mil reais) cada com emissão em 15 de abril de 2015. As debêntures terão um prazo de vigência de 60 meses, vencendo em 15 de abril de 2020.

Os recursos recebidos das debêntures foram utilizados para alongamento do perfil da dívida, pagamento de despesas de capital e investimentos em bens de capital, recomposição do caixa para uso geral, liquidação antecipada da 2ª emissão das debêntures e pagamento de capital de giro junto ao banco Santander e outros credores.

As remunerações das debêntures ocorrem em 10 parcelas semestrais consecutivas sendo a primeira paga em 15 de outubro de 2015. O principal das debêntures seria pago em 9 parcelas semestrais consecutivas sendo a primeira paga em 15 de abril de 2016.

Em 25 de agosto de 2016 foi realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas, na qual foi alterada, dentre outras deliberações, a sobretaxa (*spread*) da remuneração da 3ª emissão de debêntures, passando de CDI+1,90% a.a. para CDI+3,20% a.a.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por conta da assinatura do 6º termo aditivo contratual (antecipação de investimentos), que resultou no rebaixamento do *rating* da Econorte para BBB-(bra), a Companhia ficou exposta ao vencimento antecipado da 3ª emissão de debêntures simples. Seguindo o rito regido em contrato, foi convocada Assembleia Geral de Debenturistas pelo agente fiduciário, realizada em 04 de junho de 2018, na qual ocorreu a deliberação da não declaração de vencimento antecipado das debêntures em contrapartida ao pagamento de uma antecipação de R\$ 30.000 do montante principal, a ser deduzido em R\$ 7.500 das 4 parcelas seguintes.

Em 28 de setembro de 2018 foi realizada uma nova Assembleia, onde por unanimidade os Debenturistas deliberaram pela não declaração de vencimento antecipado das debêntures em vista da emissão do novo relatório de *rating* no qual foi retirada a observação negativa.

Em 11 de março de 2019 foi realizada uma nova Assembleia, onde por unanimidade os Debenturistas deliberaram pela não declaração de vencimento antecipado, e pela antecipação do pagamento da parcela de abril de 2019, com os saldos aplicados na data de 14 de março de 2019 de R\$ 29.326 de principal mais juros e de R\$ 1.000 em 11 de abril de 2019 e em 12 de maio de 2019.

Em 11 de junho de 2019 foi realizada uma nova Assembleia, onde por unanimidade os Debenturistas deliberaram para aprovar o waiver pela não declaração de vencimento antecipado por 62 dias ou até a próxima AGD, e pagamentos do principal de R\$ 1.500 em 13 de junho de 2019, R\$ 2.500 em 12 de julho de 2019 e R\$ 1.000 em 09 de agosto de 2019.

Em 12 de agosto de 2019 foi realizada uma nova Assembleia, onde por unanimidade os Debenturistas deliberaram para aprovar o waiver pela não declaração de vencimento antecipado por 94 dias ou até a próxima AGD, e pagamentos do principal de R\$ 1.000 em 15 de agosto de 2019, R\$ 2.500 em 16 de setembro de 2019 e R\$ 3.500 em 15 de outubro de 2019.

Em 11 de novembro de 2019 foi realizada uma nova Assembleia, onde por unanimidade os Debenturistas deliberaram para aprovar o waiver pela não declaração de vencimento antecipado por 90 dias ou até a próxima AGD, e pagamentos do principal mais juros de R\$ 3.500 em 14 de novembro de 2019, R\$ 3.500 em 16 de dezembro de 2019 e R\$ 3.500 em 15 de janeiro de 2020.

Atualmente o *rating* da 3ª emissão das debêntures é de C(bra).

As debêntures têm a seguinte composição e cronograma de vencimento:

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Data	% de resgate	Quantidade	Antecipações	31/12/2019	31/12/2018
14/03/2019			(25.650)	(25.650)	
11/04/2019			(1.000)	(1.000)	
12/05/2019			(1.000)	(1.000)	
12/06/2019			(1.500)	(1.500)	
11/07/2019			(2.500)	(2.500)	
08/08/2019			(1.000)	(1.000)	
16/09/2019			(368)	(368)	
14/10/2019			(3.065)	(3.065)	
14/11/2019			(4.082)	(4.082)	
13/12/2019			(3.393)	(3.393)	
15/04/2019	15,50%	38.130	(7.500)	30.630	30.630
15/10/2019	15,50%	38.130	(7.500)	30.630	30.630
15/04/2020	16,50%	40.590	(7.500)	33.090	33.090
	47,5%	116.850	(66.058)	50.792	94.350
Despesas antecipadas				(480)	(1.920)
Provisão de juros mensais				151	1.802
				50.463	94.232
Passivo circulante				50.463	61.623
Passivo não circulante				-	32.609
				50.463	94.232

Cláusulas contratuais restritivas - covenants

Os *covenants* vinculados às debêntures estão demonstrados a seguir:

- Dívida Líquida / EBITDA: igual ou inferior a 3,20;
- Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,20;

A Companhia deverá manter, durante toda a vigência do contrato os índices limites, apurados trimestralmente relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

10. Obrigações tributárias

	31/12/2019	31/12/2018
PIS	160	74
COFINS	739	342
ISS	1.268	738
Outros tributos	204	200
Total das obrigações tributárias	2.371	1.354

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas, depósitos e bloqueios judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Econorte está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para riscos são suficientes para cobrir perdas prováveis. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a Econorte identificou processos que requerem registro de provisão. Para determinados casos com risco de perdas prováveis foi requerido depósito judicial conforme movimentação abaixo:

	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Provisão para contingências trabalhistas	(265)	(367)	52	(580)
	(265)	(367)	52	(580)
Bloqueios judiciais	-	7.071	(310)	6.761
Depósitos judiciais	324	260	(152)	432
	324	7.331	(462)	7.193

A Econorte não constituiu provisões contábeis para os riscos avaliados por seus assessores jurídicos como perdas possíveis. Estes riscos envolvem, substancialmente, questões trabalhistas, cíveis e tributárias cujo montante, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$58.780 (R\$51.723 em 31 de dezembro de 2018). Deste montante não constituído como provisão R\$ 49.706, se refere ao processo administrativo da Receita Federal questionando apuração dos tributos sobre o lucro de exercícios anteriores. E R\$ 6.761, de bloqueios judiciais proveniente de ação cível popular imposta pelo MPF e ações trabalhistas de parte relacionada, não relacionado a operação.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 79.200, o mesmo em 31 de dezembro de 2018. A Triunfo é detentora de 100% do capital social da Companhia, representado em 31 de dezembro de 2019 por 18.928.597 ações ordinárias sem valor nominal o mesmo em 31 de dezembro de 2018.

b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. No mesmo estatuto, está previsto que da base de cálculo dos dividendos não são deduzidos os valores de constituição da reserva legal e da reserva estatutária e serão calculados dividendos correspondentes a 25% do saldo líquido da reserva de reavaliação realizada durante o exercício.

Em 04 de junho de 2018, foi realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª emissão de debêntures simples na qual foi deliberada a vedação à possibilidade de distribuição de dividendos pela Companhia até a quitação do saldo devedor das debêntures.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2003 a Companhia procedeu a reavaliação dos bens de seu ativo imobilizado, tendo registrado reavaliação no valor de R\$ 53.537. Em 31 de outubro de 2007 a Companhia reavaliou novamente seus ativos, adicionando o montante de R\$ 152.666 (R\$ 100.760, líquido dos efeitos tributários), com base em laudo técnico emitido por empresa especializada. Os tributos incidentes foram reconhecidos a débito da conta de reserva de reavaliação e a crédito na conta de tributos sobre reserva de reavaliação no passivo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização. A realização da referida reserva e dos tributos incidentes ocorreram na proporção das baixas por depreciação e/ou alienação dos bens que a geraram. Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de R\$ 23.047, (R\$15.211, líquidos de tributos), e foi integralmente revertido em decorrência da avaliação de recuperabilidade do ativo intangível (teste de *impairment*).

d) Reserva legal

Constituída na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da reserva legal é R\$ 394. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da reserva legal foi utilizado em sua totalidade para compensação de prejuízo líquido do exercício.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Reserva estatutária

É estabelecida pelo estatuto social da Companhia para garantir a restituição do capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão. Constitui-se na proporção de 0,5% do lucro do exercício e limita-se a 10% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da reserva estatutária é R\$660. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da reserva estatutária foi utilizado em sua totalidade para compensação de prejuízo líquido do exercício.

13. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazemos critérios para a contabilização de *hedge*. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não há saldo de ativos financeiros a valor justo.

Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo, menos perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 esses ativos estão basicamente representados pelo saldo de contas a receber de clientes.

ii) Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros designados ao seu valor justo em seu reconhecimento inicial (fair value option):

- O IAS 39 permite que uma entidade designe um passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial, quando:
- A aplicação do fair value option reduz ou elimina um descasamento contábil que ocorreria caso a mensuração dos ativos e passivos financeiros fosse realizado em separado com bases diferentes;

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são representados pelos saldos demonstrados nas rubricas de empréstimos e financiamentos e debentures.

a) instrumento financeiro derivativo

A política de gestão de riscos da Companhia tem como objetivo atrelar aos mesmos indexadores tanto a atualização dos saldos de seus ativos quanto os saldos de seus passivos. Nesse sentido, indexadores diferentes de índices de inflação (IPCA, por exemplo) para atualização de saldos passivos são considerados risco para a Companhia, pois seus ativos são remunerados por índices de inflação.

A Companhia mantinha um contrato de Swap de juros junto ao Banco Santander com o objetivo de proteger parte da remuneração de juros de CDI + 1,90% a.a. referente à 3ª emissão de debênture emitida em abril de 2015. O contrato de swap previa que a Companhia transfira o risco de CDI + 1,90% a.a. para o banco em troca de IPCA + 9,10% a.a.

O valor nominal contratado foi de R\$246.000 com vencimento semestral sendo o primeiro em 15 de outubro de 2015 e o último em 15 de abril de 2020. Os vencimentos do Swap correspondiam aos pagamentos das debêntures.

No dia 13 de junho de 2019, foi emitido uma CDCCG (cédula de crédito bancário de capital de giro), contrato nº 270199219 com vigência até 11 de setembro de 2019, no valor de R\$ 32.995 milhões quitando a operação de SWAP junto ao banco Santander.

O instrumento financeiro derivativo era mensurado a valor justo a partir de inputs significativamente observáveis, se enquadrando no nível 2 de hierarquia de valor justo.

A Companhia mantinha controles sobre os efeitos dos passivos financeiros e dos derivativos.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Perda instrumentos derivativos	-	(24.925)
Marcação a mercado derivativos	-	875
Total instrumentos financeiros derivativos	<u>-</u>	<u>(24.050)</u>
Passivo		
Circulante	-	(16.813)
Não circulante	-	(7.237)
	<u>-</u>	<u>(24.050)</u>

b) Gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

- Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui riscos cambiais.

- Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente que autoriza o aumento dos preços das tarifas mediante a aplicação de uma cesta de índices (taxa paramétrica). As tarifas são reajustadas anualmente em dezembro de cada exercício.

- Risco regulatório

Por consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de tráfego a ser pedagiado, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

c) Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos e aplicações financeiras que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2019 foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas financeiras

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de vencimentos de cada contrato.

Projeção das Receitas Financeiras – 2020

Aplicações Financeiras					
	Queda de 25%	Queda de 50%	Base Case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
<u>Indexador</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário IV</u>
CDI - %	3,38%	2,25%	4,50%	5,63%	6,75%

Projeção das Receitas Financeiras - 2020							
	<u>Taxa de Remuneração</u>	<u>Saldo Principal</u>	<u>Queda de 25%</u>	<u>Queda de 50%</u>	<u>Base Case</u>	<u>Aumento de 25%</u>	<u>Aumento de 50%</u>
		<u>31/12/2019</u>					
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	CDI	8.273	280	186	372	466	558
TOTAL APLICAÇÕES FINANCEIRAS		8.273	280	186	372	466	558

Projeção das Despesas Financeiras – 2020

Empréstimos e Financiamentos					
	Queda de 25%	Queda de 50%	Base Case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
<u>Indexador</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário IV</u>
3,2% a.a	N/A	N/A	4,50%	5,63%	6,75%
0,265% a.a	N/A	N/A	3,20%	N/A	N/A
			0,27%	N/A	N/A

Projeção das Despesas Financeiras - 2020							
	<u>Taxa de Juros</u>	<u>Saldo Principal</u>	<u>Queda de 25%</u>	<u>Queda de 50%</u>	<u>Base Case</u>	<u>Aumento de 25%</u>	<u>Aumento de 50%</u>
		<u>31/12/2019</u>					
CAPITAL DE GIRO							
Debentures	3,20% a.a + CDI	50.463	3.320	2.750	3.886	4.456	5.021
EMPRESTIMO							
Banco Santander	0,265% a.a + CDI	41.075	1.497	1.033	1.957	2.421	2.881
TOTAL EMPRÉSTIMOS		91.538	4.817	3.783	5.843	6.877	7.902

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

Ativos e passivos tributários correntes e diferidos do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e contribuições	46.761	(181.466)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	(15.899)	61.698
Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões):		
Base negativa	(10.491)	-
Valor recuperável dos impostos diferidos	(10.067)	(10.273)
Valor instrumentos derivativos, líquidas	8.177	-
Valor amortização e reversão impairment, líquidas	26.166	(63.234)
Adições (exclusão) permanentes, líquidas	2.473	(509)
Incentivos fiscais: PAT e patrocínio 8.313/91	(44)	(41)
Imposto de renda e contribuição social	<u>315</u>	<u>(12.359)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	<u>-</u>	<u>(10.587)</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferido	<u>315</u>	<u>(1.772)</u>
Alíquota efetiva	-1%	-7%

- (i) A alíquota efetiva de 2018 está distorcida principalmente em razão da não constituição dos tributos diferidos devido à ausência de expectativa de lucros tributáveis.
- (ii) A alíquota efetiva de 2019 está distorcida principalmente devido à exclusão da base de cálculo dos efeitos de reversão e amortização do intangível objeto de ajuste de impairment, adicionado à base de cálculo em 2018.

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos impostos diferidos são revisados em cada data do balanço e são baixados na extensão em que não é provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo		
Sobre diferenças temporárias provisão para manutenção	20.107	17.389
Sobre instrumentos derivativos	-	8.177
Sobre Arrendamentos operacionais	80	-
Outras provisões temporárias	197	90
(-) Redução valor recuperável ativo diferido	<u>(20.384)</u>	<u>(25.656)</u>
	-	-
Passivo		
Sobre diferença de depreciação / amortização	(10.107)	(15.383)
Sobre apropriação juros empréstimos obras em andamento	(210)	(315)
(+) Redução valor recuperável passivo diferido	<u>10.317</u>	<u>15.383</u>
	-	(315)
	<u>-</u>	<u>(315)</u>

15. Transações com partes relacionadas

15.1. Pessoas ligadas

Triunfo Participações e Investimento S.A.	Contas a pagar	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesas diversas ¹	<u>15.809</u>	<u>12.728</u>
Total	<u>15.809</u>	<u>12.728</u>

¹ Rateio de despesas da controladora com base no contrato de rateio de custos comuns.

15.2. Transações comerciais

As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro abaixo e se referem a transações de contratação de serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como obras previstas no cronograma de investimentos, sendo que os valores contratados estão vinculados ao contrato original de concessão, acrescido dos reajustes previstos, como segue:

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Contas a pagar partes relacionadas		Contas a receber partes relacionadas		Valores acumulados nos exercícios encerrados em 2019 e 2018					
					Intangível		Conservação		Despesas com aluguel	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18
Rio Tibagi	127	275	-	-	-	-	-	280	794	794
Rio Guaíba	-	217	-	-	-	252	-	-	-	-
Constr Triunfo	872	4.306	617	3.436	27.409	18.503	-	-	-	-
CTVIAS	-	50	-	-	-	-	166	710	-	-
Total	999	4.848	617	3.436	27.409	18.755	166	990	794	794

Os montantes registrados nas rubricas de conservação, operação e aluguel estão registrados no resultado da Companhia. Tais despesas referem-se à manutenção e conservação das rodovias, assim como despesas inerentes à operação do negócio nas praças de pedágio e demais estruturas.

Contrato com a Rio Tibagi

A Econorte contratou junto à empresa Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda., que está sob o mesmo controle da Companhia, arrendamento de veículos para serviços na rodovia e arrendamento predial.

Os serviços contratados para 2019 e os respectivos valores executados até 31 de dezembro de 2019 estão demonstrados, como segue:

Serviços contratados	Prazo	Valor contratado	Valor executado
Arrendamentos	2019	794	794

CTVIAS – Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária

A Econorte contratou a CTVIAS, que está sob o mesmo controle da Companhia, para prestar serviços de engenharia em infraestrutura com monitoramento e avaliação dos pavimentos, elementos de sinalização e de proteção e segurança integrantes das rodovias do lote 01.

Os serviços contratados para o período agosto de 2018 a julho de 2019, e os respectivos valores executados até 31 de dezembro de 2019 estão demonstrados, como segue:

Serviços contratados	Prazo	Valor contratado	Valor executado
Ensaio e monitoramento de pavimentos	2018/2019	759	537

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Este contrato teve seu encerramento de junho de 2019.

Contrato com a Construtora Triunfo

Em 28 de maio de 2018 a Econorte contratou a Construtora Triunfo S.A., que possui controle comum à controladora, para prestar serviços de manutenção, restauração das rodovias, bem como para realizar obras previstas no cronograma de investimentos.

Os serviços contratados/orçados para junho de 2018 a novembro de 2021 e os respectivos valores executados até 31 de dezembro de 2019 estão demonstrados, como segue:

Serviços contratados	Prazo	Valor contratado	Valor executado
Prestação de serviços especializados de engenharia de (i) execução de obras de duplicação, trincheiras, viadutos e pontes na BR 369 com 34,365 km de extensão, (ii) obras de restauração e manutenção, sistema de drenagem, obras de artes, obras complementares e sinalização, (iii) obras de interseção na BR 153 km 40,65 e km 17,80, PR 323 com PR 160 km 9,1 e PR 323 com PR 437 km 32,4, integrantes das rodovias do lote 01do Anel de Integração do Estado do Paraná.	2021	169.425	45.912

16. Remuneração dos administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos eleitos para mandatos de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. A Assembleia Geral Ordinária de 18 de abril de 2019 aprovou a remuneração dos administradores de até R\$3.733 para o exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas com esses administradores, totalizaram R\$3.008 (R\$1.864 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia não concede nenhum outro benefício a seus administradores, tais como fundos de aposentadoria, remuneração variável ou quaisquer benefícios pós-emprego.

17. Receita operacional líquida

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas de arrecadação	185.509	213.326
Receitas de construção - ativos da concessão	43.277	26.074
Receitas acessórias	2.196	1.934
Receita bruta de serviços	230.982	241.334
Impostos incidentes sobre serviços	(15.908)	(17.906)
Receita líquida	215.074	223.428

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos como receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS - Contribuição para Seguridade Social - Cumulativa	3,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social - Não Cumulativa	7,60%
PIS - Programa de Integração Social - Cumulativa	0,65%
PIS - Programa de Integração Social - Não Cumulativa	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 houve uma redução nas receitas de janeiro a agosto, se comparado com o mesmo período de 2018, devido à ação popular pública movida na Justiça Federal de Jacarezinho que contesta a cobrança de pedágio da praça de Jacarezinho/PR, com isso a Companhia está registrando uma perda de receita de aproximadamente 31%.

18. Despesas por natureza

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesas por função		
Custo dos serviços prestados	(125.705)	(154.973)
Despesas operacionais	(16.343)	(218.788)
	(142.048)	(373.761)
Despesas por natureza		
Custo de conservação e manutenção rodovias	(15.885)	(23.868)
Custo operacional de rodovias	(11.105)	(10.579)
Custo com pessoal	(14.735)	(12.807)
Custo de construção - ativos da concessão	(43.277)	(26.074)
Despesas com administradores	(3.008)	(2.176)
Despesas com pessoal	(8.789)	(8.681)
Amortizações	(32.043)	(79.027)
Direito de uso - arrendamentos	(1.569)	-
Gerais e administrativas	(19.264)	(21.946)
Perdas redução valor recuperável	14.718	(185.984)
Outras operacionais	(7.091)	(2.619)
	(142.048)	(373.761)

No período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 houve uma redução nos custos e despesas basicamente devido a amortização do intangível, que está com o saldo impactado pela provisão do impairment, com isso reduzindo a base de cálculo.

19. Resultado financeiro

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas		
Rendimentos de aplicação	551	1.955
Instrumentos derivativos	-	1.799
Outras receitas	217	6
	768	3.760
Despesas		
Juros sobre empréstimos	(2.248)	(1.413)
IOF sobre empréstimos	(571)	(237)
Variações monetárias debentures	(6.366)	(12.236)
Despesas sobre manutenção rodovias	(4.222)	(3.811)
Instrumentos derivativos	(5.426)	1.055
Valor justo instrumento derivativo - swap	(3.272)	(12.193)
Despesas com debentures	(4.028)	(5.936)
Juros arrendamentos	(363)	-
Outros	(537)	(122)
	(27.033)	(34.893)
Total	(26.265)	(31.133)

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para o período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 a Companhia teve uma redução com as despesas financeiras devido a quitação do contrato de swap no montante de R\$ 32.748, e a reversão das provisões de R\$ 29.476 referente ao mesmo contrato.

20. Litígio na Concessão

Em 28 de novembro de 2014, a Econorte em conjunto com o Poder Concedente assinou o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (Termo Aditivo n. 272/2014), o qual foi publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná.

O Termo Aditivo, em síntese, restabelece o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, extinguindo os passivos contratuais existentes desde 2002 (data do último aditivo contratual). Nesse contexto, o aditivo proporciona efeitos transacionais, preventivos e extintivos de litígio, em relação a cada um dos processos existentes que cada parte mantinha, uma frente ou outra, ou seja, reconhece a perda superveniente do interesse de agir em relação aos diversos processos perpetuados pela administração anterior, na busca da redução, suprimir e/ou extinguir o programa de concessão rodoviários no Estado, seja por meio de medidas e ações administrativas ou judiciais, como também nas diversas medidas judiciais apresentadas pela Companhia contra o Governo do Estado do Paraná e/ou frente ao Departamento de Estrada e Rodagem do Paraná.

Em síntese, a Econorte, individualmente ou em conjunto com outras concessionárias, busca a tutela jurisdicional para resguardar a manutenção da incolumidade do contrato de concessão de que é titular, que vem sendo mantido por diversas decisões judiciais favoráveis, sejam estas decisões liminares, sentenças ou outros julgamentos proferidos por instâncias superiores, reiterando o compromisso e o objetivo de manter incólumes o Contrato de Concessão e seus Termos Aditivos firmados entre a Econorte e o Estado do Paraná, com a manutenção da integridade do programa de concessão de que é titular.

Em 15 de fevereiro de 2018 foi publicado no Diário Oficial do Paraná o 6º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 071/97. O Termo Aditivo trata a readequação do cronograma de investimentos da Econorte, anteriormente concentrados no último ano da concessão (2021), para os anos de 2018 a 2021.

Tal readequação considera a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato e seus aditamentos, sem alteração das regras contratuais e dos valores das tarifas de pedágio praticadas atualmente. O Termo Aditivo foi homologado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR.

Em decorrências de decisões judiciais existentes desde o final de novembro de 2018, e na nota explicativa nº 1 e 26 dessas informações, informamos que os aditivos vigentes poderão sofrer algum tipo de alteração ou até mesmo terem seus efeitos suspensos.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Seguro e garantia

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e cumprir suas responsabilidades contratuais perante o DER/PR, tendo os acionistas como fiadores da operação. A Companhia possui por força contratual, quando aplicável, cobertura de seguros para execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia.

Adicionalmente, mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "all risks" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Seguradora	Modalidade	Nº Apólice	Vigência da Apólice	Valor do prêmio	Valor de cobertura
Garantia Merchant Bank	Carta Fiança	1266/2018	dez/2018 a dez/2019	727	90.869
Garantia Merchant Bank	Carta Fiança / Endosso	1266-1/2018	dez/2018 a dez/2019	24	7.076
Sompo Seguros S.A	Resp. civil	5.100.000.119	jan/2019 a jan/2020	536	12.500
Tokio Marine Seguradora S.A	Riscos operacional e engenharia	180 001007913	jan/2019 a jan/2020	511	88.900
					<hr/> <hr/> 199.345
Limite máximo de indenização: Seção I-Danos patrimoniais					28.000
Limite máximo de indenização: Seção II -Engenharia					400
Limite máximo de indenização: Seção III-Perdas de receitas					60.500
Limite máximo de indenização: Seção IV-Responsabilidades					12.500

22. Compromissos com a concessão

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção da ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão.

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER/PR), sendo seu término previsto para o ano de 2021.

Em 15 de fevereiro de 2018 foi publicado no Diário Oficial do Paraná o 6º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 071/97. O Termo Aditivo trata a readequação do cronograma de investimentos da Econorte, anteriormente concentrados no último ano da concessão (2021), para os anos de 2020 a 2021.

Conforme a deliberação, o Programa de Exploração da Rodovia - PER, passou a prever investimentos no montante de R\$ 258.136 conforme 6ºTA de 15 de fevereiro de 2018. O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue, e que por decorrência de decisões judiciais existentes desde final de novembro de 2018, esse

Investimentos previstos	2020	2021	Total
	94.536	108.296	202.832

Manutenções previstas	2020	2021	Total
	18.825	36.479	55.304

cronograma poderá sofrer alterações.

A Companhia registrou provisão para manutenção relativa ao período de 2020 a 2021, descontando a valor presente à taxa interna de retorno de 10,61% a.a. A Companhia tem provisão referente manutenção das rodovias a ser realizado pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, como demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão para manutenção - curto prazo	40.401	29.103
Provisão para manutenção - longo prazo	18.737	22.042
	59.138	51.145

Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte

Notas explicativas às informações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Benefícios a empregados

Plano de Previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Controladora firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas. As contribuições da Companhia no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$202 (R\$138 em 31 de dezembro de 2018) e as contribuições dos profissionais os mesmos valores respectivamente.

24. Eventos subsequentes

Em 19 de janeiro de 2020, a o TRF-4 suspendeu a TPI e a Econorte da Ação de Improbidade Administrativa, e entre outras determinações, estabelece a redução das tarifas de pedágio em 25,77% nas praças de pedágio, no qual a companhia recebeu a notificação no dia 20 de janeiro de 2020. Em cumprimento à referida decisão, a redução de 25,77% nas tarifas de pedágio das três praças da Companhia ocorreu a partir de 0h do dia 21 de janeiro de 2020.

Em 04 de fevereiro de 2020, a o STJ suspendeu, os efeitos da decisão do TRF de 19 de janeiro de 2020. Em cumprimento à referida decisão, o aumento de 25,77% nas tarifas de pedágio das três praças da Companhia ocorreu a partir das 0h do dia 05 de fevereiro de 2020.

Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras

Conforme orientação da CVM de 10 de março de 2020, por meio do Ofício Circular SNC/SEP/nº 02/2020, bem como em atendimento ao CPC 24 - Evento Subsequente, a Administração da Companhia informa que ainda não foi possível identificar alterações significativas nas operações, como queda no volume de tráfego, por exemplo, que possam estar relacionadas a um reflexo da epidemia do Coronavírus.

Desta forma, neste momento não é possível estimar quais os riscos e incertezas aos quais a Companhia estará exposta no curto prazo, devido aos impactos ainda imensuráveis nos negócios da Companhia e, ainda, para seus usuários e fornecedores. Contudo, a Administração não descarta que os impactos na economia e mercado em geral decorrentes da pandemia do Coronavírus podem afetar adversamente as operações da Companhia.